



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011421-96.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Crédito Tributário**
 Requerente: **Leandro Pratavieira**
 Requerido: **Lucélio Oliveira Lima e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Leandro Pratavieira move ação contra "Fazenda Pública do Estado de São Paulo e Lucélio Oliveira Lima. Sustenta que em 12.2013 alienou uma motocicleta a Lucélio, a quem entregou o DUT, assinado e com firma reconhecida. Entretanto, Lucélio não providenciou a transferência do veículo para o seu nome. Com isso, a motocicleta continua registrada em nome do autor, o que não é lícito. Sob tais fundamentos, pede (a) condenação de Lucélio na obrigação de fazer de transferir a motocicleta para o seu nome (b) condenação do Estado na obrigação de abster-se de incluir o nome do autor no CADIN ou de protestar quaisquer débitos referentes à motocicleta (c) declaração de inexistência de relação jurídico-tributária entre o autor e o Estado a partir de 30.12.2013.

Liminar concedida, págs. 22/24.

Contestação do Estado, pedindo a improcedência e dizendo que, por conveniência, irá proceder aos lançamentos futuros de IPVA em nome do adquirente Lucélio.

Citado, pág. 135, Lucélio não contestou.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, assim como, em relação a Lucélio, na forma do art. 355, I do CPC, pois não ofereceu resposta.

Tendo em vista que Lucélio não contestou, presume-se verdadeira a alegação de que adquiriu do autor a motocicleta, em dezembro.2013, o que ademais está comprovado pelo documento de pág. 19.

Sendo assim, será acolhido o pleito de condenação de Lucélio na obrigação de fazer de transferir a motocicleta para o seu nome, ressaltando-se apenas que, para o cumprimento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

da obrigação, desde já será determinada providência equivalente ao adimplemento espontâneo, expedindo-se ofício para que o órgão de trânsito efetive a transferência.

Quanto ao IPVA, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, II, da Lei Estadual nº 13.296/2008, que autorizava a cobrança de IPVA do ex-proprietário em casos de não comunicação da alienação, pelo Col. Órgão Especial desta Eg. Corte, nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 0055543-95.2017.8.26.0000, também será acolhido o respectivo pedido.

Em relação à taxa de licenciamento, inexistente lei considerando o alienante responsável tributário pelo pagamento de tal taxa, em caso de não comunicação ao órgão de trânsito.

A Lei nº 7645/91, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos no Estado de São Paulo, como prevê o art. 1º, tributa os serviços e atividades previstos em suas tabelas, entre os quais estava o Licenciamento de Veículos, Tabela "C", Item 19.

A referida lei não estabelecia qualquer hipótese de responsabilidade tributária, dispondo apenas sobre o contribuinte, que, segundo o art. 4º, é a pessoa "que solicitar a prestação do serviço público ou a prática do ato decorrente da atividade do poder de polícia ou, ainda, por quem for o beneficiário direto do serviço ou do ato". Evidente que o autor, não sendo mais proprietário nem beneficiário do serviço de licenciamento, não era contribuinte.

A Lei nº 15.266/13 revogou em parte o diploma anterior e trouxe regras expressas a respeito da taxa de licenciamento, arts. 33 a 38, *in verbis*:

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Artigo 33 - A taxa de fiscalização e licenciamento de veículo, de que trata o artigo 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, é devida anualmente em razão do exercício do poder de polícia.

Artigo 34 - Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa:

I - em se tratando de veículo usado, no dia 1º de janeiro de cada ano ou na data do registro do veículo neste Estado;

II - em se tratando de veículo novo, na data da primeira aquisição pelo consumidor.

Artigo 35 - É contribuinte da taxa a pessoa natural ou jurídica proprietária de veículo sujeito a licenciamento neste Estado.

Artigo 36 - A taxa, cujo valor está previsto no item 11 do Capítulo IV do Anexo I desta lei, deverá ser recolhida nos prazos definidos pelo órgão de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

trânsito estadual e na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda.

Artigo 37 - Fica dispensado o pagamento da taxa, a partir do exercício seguinte ao da data de ocorrência do evento, na hipótese de privação dos direitos de propriedade do veículo, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

Parágrafo único - Restituída a posse, o proprietário do veículo deverá pagar a taxa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de devolução do bem.

Artigo 38 - A critério da Secretaria da Fazenda, o lançamento de ofício da taxa e das multas previstas no artigo 16 desta lei poderá ser efetuado em conjunto com o do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aplicando-se ao respectivo procedimento administrativo tributário as disposições da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008.

Novamente, nota-se a inexistência de previsão legal atribuindo a responsabilidade tributária a qualquer pessoa que não seja o proprietário, como dispõe o art. 35.

Logo, quanto à taxa de licenciamento, o autor não possui responsabilidade, de modo que será acolhido o pedido.

Em relação ao DPVAT, trata-se de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, regrado pela Lei nº 6.194/74 e normas do CNSP (Conselho Nacional dos Seguros Privados).

A leitura da legislação revela que a responsabilidade pelo pagamento, iniludivelmente, é do proprietário, e apenas do proprietário. Toda a Lei nº 6.194/74, ainda que não explicitamente, está a sinalizar que o seguro DPVAT é pago pelo proprietário do veículo.

De qualquer maneira, o art. 12 dessa lei atribuiu ao CNSP a competência para a expedição de normas complementares e este, na Res. nº 273/12, estabeleceu no art. 2º, § 1º, que o "proprietário do veículo sujeito a registro e licenciamento" é que "deve pagar o Seguro DPVAT". Desse modo, não há base legal para o DPVAT ser cobrado de quem não é o proprietário.

O lançamento é efetuado em nome daquele que consta como proprietário mas, demonstrado nos autos que aquela pessoa não é, de fato, proprietária – pois o domínio do bem móvel transfere-se com a tradição -, não terá ela responsabilidade pelo pagamento do DPVAT.

Procede o pedido, pois, em relação ao DPVAT.

Por fim, observo que o Estado não responderá pelas verbas sucumbenciais, pois quem deu causa ao imbróglio foi, essencialmente, o adquirente, que não providenciou a transferência do veículo para o seu nome.

Ante o exposto, julgo procedente a ação e (a) condeno o réu Lucélio na obrigação


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de transferir a motocicleta para o seu nome, o que será providenciado diretamente pela expedição de ofício, pelo juízo, ao órgão de trânsito, após o trânsito em julgado (b) condeno o Estado na obrigação de abster-se de incluir o nome do autor no Cadin ou de protestar contra o autor quaisquer débitos referentes à motocicleta, com fato gerador após 30.12.2013 (c) declaro que o autor não é responsável pelo pagamento de débitos de IPVA, taxa de licenciamento ou DPVAT, relativos à motocicleta, cujos fatos geradores sejam posteriores a 30.12.2013.

Condeno Lucélio em custas, despesas e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Transitada em julgado, oficie-se ao órgão de trânsito, com todos os dados da motocicleta e qualificação completa de Lucélio (observando-se o endereço em que ele foi citado às págs. 129/136), a fim de que referido veículo seja transferido para o nome de Lucélio.

P.I.

São Carlos, 07 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**